SALVADOR QUINTA-FEIRA 9/10/2025

IMPASSE O texto caducou, provocando perda de até R\$ 35 bilhões na arrecadação prevista para o ano de 2026

Centrão barra MP que taxava bilionários e impõe derrota temporária ao governo Lula

Agência Brasil, São Luís

Agéncia Brasil, São Luis

A Câmara dos Deputados aprovou pedido de retirada da pauta de votação a Medida Provisória (MP) 1303/2025, que taxaria rendimentos de aplicações financeiras realizadas nas fintechs e em criptoativos e apostas esportivas e compensaria a revogação de decreto que previa aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

A MP precisava ser aprovada até ontem para não perder a eficácia. Com a retirada da pauta, o texto caducou.

rocou.

Foram 251 votos favoráveis e 193 contrários ao pedido, apresentado pela oposição.

sição.
Com a não aprovação da
MP, o governo deve fazer um
novo bloqueio nas despesas
de 2025, incluindo emendas
parlamentares. A perda na
arrecadação estimada é de mais de R\$ 35 bilhões em

O relator da MP Carlos Za-

Orelator da MP, Carlos Zarattini (PT-SP), argumentou ainda que atendeu a praticamente todos os pedidos dos parlamentares.
"Trabalhamos nesses 120 dias para garantir a aprovação da MP. Avançamos em alguns pontos, atendemos muitas reivindicações, fizemos um texto que teria todas as condições de ser aprovado nessa Casa e de ser sancionado pelo presidente da



Parlamentares votaram para sequer analisar o mérito do projeto, deixando MP perder a validade

"Consideramos o que aconteceu Texto original aqui um ato de sabotagem contra o Brasil"

LINDBERGH FARIAS, deputado

A versão original da MP pro-punha a taxação de bilioná-rios, bancos e bets como for-capital próprio. ma de aumentar a arreca-dação. A ideia era taxar a receita bruta das bets com alíquota entre 12% e 18%,

República, um texto de consenso", disse.

república, um texto de consenso", disse de aplicações financeiras, como as Lectra de Crédito Agrário (LCA), de Crédito Imobiliario (LCA), de Crédito Imobiliario

(LCD), bem como juros sobre capital próprio. A previsão inicial era ar-recadar cerca de R\$ 10,5 bi-lhões em 2025 e R\$ 21 bi-lhões, em 2026. Com as ne-

gociações, a projeção caiu para RS 17 bilhões. Os recursos irão para o Or-çamento como forma de cumprimento da meta de superávit. A proposta de Or-çamento de 2026 tem meta de superávit de R\$ 34.3 bi-lhões.

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Lindbergh

Farias, afirmou que houve quebra do acordo com a re-tirada da MP da pauta de votação

votação.

"Consideramos o que está acontecendo aqui hoje um ato de sabotagem contra o Brasil. Da parte do relator, houve toda a paciência para discutir um acordo de mérito, mas o que ficou claro para a gente é que aqui ficou claro a vontade de impor uma derrota política para o Brasil, não para o presidente Lula", afirmou Lindbergh durante coletiva no final da tarde de ontem no Salão Verde da Câmara.
Segundo o líder do PT, o

Segundo o líder do PT, o movimento teria sido encabeçado pelos presidentes do PP, Ciro Nogueira, do União Brasil, Antonio Rueda, e o governador de São Paulo, governador de Sao rauro, Tarcísio de Freitas, que que-rem antecipar o debate elei-toral do próximo ano. A líder da federação Re-

de-PSOL na Câmara, Talíria Petrone (PSOL-RJ), também acusou os políticos de ten-tarem derrubar a medida provisória para antecipar o debate eleitoral para presi-

debate eleitoral para presi-dente.
"Ao pensarem que atacam o governo do presidente Lu-la, eles atacam o conjunto do povo brasileiro. A gente viu a população nas ruas exi-gindo um Congresso que se voltasse para o povo e vimos nas últimas semanas pautas contra o povo brasileiro, co-mo a PEC da Blindagem", ponderou.

SEGURANCA

Lewandowski: ações prenunciam PEC

Agência Brasil, Brasília

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, disse ontem que as operações recentes conduzidas pela Policia Federal (PF) em conjunto com as polícias estaduais, incluindo a operação deflagrad mais cedo contra o abuso sexual de crianças e adolescentes – são um "prenúncio" do que a pasta busca alcançar por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/25, conhecida como PEC da segurança, que tra-O ministro da Justica e Se PEC da segurança, que tra-mita no Congresso Nacio-

mita no Congresso Nacional.

"Todas as operações que nós deflagramos nos últimos tempos, seja aquela operação de infiltração do crime organizado no setor de combustível, seja essa recente da adulteração de beidas alcodicias, sobretudo destiladas, pelo metanol, seja agora essa operação de proteção de crianças e adolescentes contra crimes sexuais e abusos dessa natureza, são sempre levadas à efeito em cooperação comas



ski quer emplacar PEC da Segurança

são que, num país continental como o nosso, com tantas diferenças regionais, com tantas peculiaridades e especificidades, as forças de segurança nacional, sozinhas, ou as forças locais, isoladamente, não podem combater a criminalidade. É preciso uma conjugação de esforços e um compartilhamento de inteligência, como foi feito agora, e o desencadeamento de operações conjuntas e e onjugadas', completou.

ompletou. Entre outros pontos, a cha-

tro.
"Isso já é um prenúncio "Isso já é um prenúncio daquilo que nós pretende-mos alcançar com a PEC da Segurança, que está sendo analisada pelo Congresso Nacional", garantiu o minis-

autoridades de segurança estadual", avaliou o minis-

tro. "Nós chegamos à conclu-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAJURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACUÍPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITORORÓ

REPUBLICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÓNICO SRP Nº 036/2025

mada PEC da segurança, ela-borada pelo governo federal, constitucionaliza o Sistema constitucionaliza o Sistema Unico de Segurança Pública (Susp); amplia competências de órgãos de segurança, co-no a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF); e fortalece o papel da União no planejamento e na coordenação da segurança pública. pública.

No caso da PF, o texto tor-

No caso da PF, o texto tor-na expressa a competência da corporação para investi-gar e reprimir infrações co-metidas por organizações criminosas e milicias priva-das, cuja prática tenha re-repercussão interestadual ou internacional e exija repres-são uniforme. Também ex-plicita atuação na investiga-ção de ilicitos penais que afetem bens da União ou es-tejam no âmbito de seu inenerem pens da União ou es-tejam no âmbito de seu in-teresse, tais como o meio ambiente.

ambiente.

A Câmara dos Deputados instalou, no inicio de setembro, a comissão especial que vai analisar a proposta. Na reunião, o deputado Aluisio Mendes (Republicanos-MA) foi eleito, por 25 votos, presidente do colegiado. O vice-presidente será o deputado Alberto Fraga (PI-DF), também eleito com 25 votos. Odeputado Mendonça Filho (União-PE) foi designado relator.

MOBILIDADE

Chuvas adiam inauguração da nova rodoviária para dezembro

FLÁVIA REQUIÃO

Inicialmente prevista para novembro, a entrega da Nova Rodoviária de Salvador, no bairro de Águas Claras, foi adiada para dezembro deste ano, conforme informou ontem a Secretaria da Casa Civil do governo da Bahia, em nota ao A TARDE. Segundo afirmou a pasta, o cronograma atualizado apresentado pela concessionária responsável pela contrução aponta que o atraso se deve ao impacto das chuvas sobre o andamento dos serviços.

vas sobre o andamento dos serviços.

Apesar disso, o empreendimento já se encontra em fase final, com 96% das intervenções concluidas.

O investimento total para a instalação do novo terminalé de R\$ 200 milhões, com recursos da concessionária responsável pela obra, a Sinart. Além do embarque e desembarque de omibus, o equipamento também fará ligação com o metrô e o futuro VLT de Salvador.

A previsão é de que a nova rodoviária receba mais da 370 linhas de transporte urbano, metropolitano e intermunicipal.

SENADO

CCJ aprova pena maior para exploração de crianças

LUCIANO NASCIMENTO

Agência Brasil, São Luís

Agência Brasil, São Luis

A Comissão de Constituição e lustiça do Senado (CCI) aprovou ontem o Projeto de Lei (PL) 425/2024, que endurece a pena para a prática de crime de exploração sexual de crianças e adolescentes.

O projeto altera o Código Penal. Atualmente, a pena para o crime é de quatro a dez anos de reclusão. O Projeto eleva a punição para seis a 12 anos de reclusão. A relatora do projeto, senadora Eliziane Gama eliziane Gama aplicação prática da pena, uma vez que o atual patamar sancionatório ainda admite, em hipóteses de gravidade inequivoca, a fixação de rejime inicial aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

"Com a majoração, o tipo

liberdade por restritivas de di-reitos.
"Com a majoração, o tipo penal passa a refletir de for-ma mais condizente a gra-vidade da conduta, assegu-rando maior efetividade à tutela da dignidade sexual de pessoas em condição de hipervulnerabilidade", afir-mou.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPLANADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DESIDÉRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES